

José de Alencar: escritor, leitor e historiador.¹

Daniela Casoni Moscato *

A História da leitura teve seu início nos trabalhos desenvolvidos em torno de pesquisas sobre a produção e difusão do livro, também denominada de história social e cultural da comunicação impressa. Em seu desenvolvimento, esse tipo de análise acabou por confluir em outras preocupações como a história das bibliotecas, do ensino da leitura etc, alcançando assim um questionamento sobre a difusão das idéias no passado, tanto nas perfilhações dos pensamentos intelectuais e filosóficos, como em pessoas que não estão presentes ou inseridas nessas filiações. Assim, o próprio livro tornou-se um objeto de estudo, principalmente, como possibilidade de transmissão e circulação de idéias: “a história da leitura busca apreender a circulação das idéias, dado que o livro é, na tradição ocidental em particular, o mídia por excelência”.²

Certeau em seu texto *Ler: uma operação de caça*, atenta para a relação entre leitor, obra e temporalidade e, especialmente, ressalta o leitor na operação da leitura (muitas vezes assimilada a uma passividade): “Se portanto ‘o livro é um efeito (uma construção) do leitor’, deve-se considerar a operação deste último como uma espécie de lectio, produção própria do ‘leitor’”. Ainda nesse sentido, Certeau lembra-nos que a autonomia do leitor diante os textos e, portanto, de sua leitura, depende “das relações sociais que sobredeterminam sua relação com os textos”.³

Identificamos essa relação do século XIX com José de Alencar, exemplo disso seria, além das exposições de idéias nacionalistas presentes nos oitocentos, a ligação dos estudos do IHGB – expressão constante desse discurso nacional - com as produções literárias românticas, visto que ambas se assemelham nessa busca por um passado verdadeiramente brasileiro.

¹ Esse texto apresenta alguns dados parciais de uma pesquisa de mestrado que ainda está em andamento.

* Mestranda em História na FCL/Unesp – Assis sob a orientação de Hélio Rebello Cardoso Jr. Bolsista CNPq.

² DENIPOTI, C. **A sedução da leitura: livros, leitores e história cultural. Paraná, 1880-1930.** Curitiba, 1998. Tese (Doutorado) – UFPR. pp.16-19.

³ CERTEAU, M. de. **A invenção do cotidiano:1. artes de fazer.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1994, pp. 264-268

Tentando fundamentar nossa pesquisa em alguns indicadores da História, escolhemos analisar a face leitora de José de Alencar. Isso foi possível, pois nosso leitor deixou-nos pistas acerca de suas leituras em seus textos fictícios e paratextos – prefácios, pós-escritos, autobiografia, etc – que serão apresentados no decorrer deste texto.

Para esse escrito, decidimos apresentar alguns dados do discurso alencariano acerca da leitura e da História.

Em relação à leitura, temos os locais de leitura de nosso leitor que podemos classificar como privado e público. No que tange ao espaço privado, podemos identificá-lo em algumas citações e selecionamos uma, que narra as leituras que eram feitas na infância onde, além de ler cartas e jornais para sua mãe, lia, igualmente uma pequena biblioteca romântica:

Essa prenda que a educação deu-me para tomá-la pouco depois, valeu-me em casa o honroso cargo de *ledor*, com que me eu desvanecia, como nunca me sucedeu ao depois no magistério ou no parlamento.

Era eu quem lia para minha boa mãe não somente as cartas e os jornais como os volumes de uma diminuta livraria romântica formada ao gosto do tempo (...) Nosso repertório romântico era pequeno; compunha-se de uma dúzia de obras entre as quais primavam a *Amanda e Oscar*, *Saint-Clair das Ilhas*, *Celestina* e outras de que *já não me recordo*".⁴

Nesse fragmento, o autor apresenta-se ledor oficial da casa de seu pai. A leitura relaciona-se com a infância assumindo lugar de honra na família de Alencar. Além disso, o discurso pauta-se ainda em referências de leituras – jornais e romances – que fizeram parte da infância do escritor.

A leitura no espaço público pode ser encontrada, igualmente, em sua autobiografia, como a exposição acerca de um gabinete de leitura: "Com as minhas bem parcas sobras, tomei uma assinatura em um gabinete de leitura que então havia à Rua da Alfândega, e que possuía copiosa coleção das melhores novelas e romances até então saídos dos prelos franceses e belgas".⁵

⁴ ALENCAR, J. Como e porque sou romancista. Campinas: Pontes, 1999. p. 24- 29.

⁵ ALENCAR, 1999, p. 50.

Segundo Sales, no processo de expansão da leitura no Brasil, os gabinetes de leitura tiveram um papel fundamental, primeiramente porque eram “espaços de leitura” e segundo porque introduziram uma nova prática: a locação de livros.⁶ Além dos gabinetes, as Bibliotecas incluem-se nesses espaços, entretanto, o acesso, embora gratuito, era limitado a um público “circunscrito a uma elite de intelectuais e eruditos”.⁷

Nesse caso, o espaço público em Alencar é um local destinado à elite, ou seja, aos intelectuais do período que aderiram aos gabinetes de leitura ou às bibliotecas.

Encontramos também em Alencar, além dos espaços de leitura, seu leitor ideal que pode ser percebido em duas passagens significativas acerca da leitura de duas grandes personagens alencarianas: Emília e Lúcia.

Em *Diva* (1864), Emília “tinha na mão um livro aberto e lia com atenção”, diferentemente de *Lucíola* (1862) onde cita as leituras “rápidas e sem método” de Lúcia, como algumas obras que essa leitora fictícia teria devorado diariamente ou escutado de seu leitor *A Dama das Camélias*:

Lúcia conservava de tempos passados o hábito da leitura e do estudo; raro o dia em que não se distraía uma hora pelo menos com o primeiro livro que lhe caía nas mãos. Dessas leituras rápidas e sem método provinha a profusão de noções variadas e imperfeitas que ela adquiria e se revelavam na sua conversação.

A passagem da leitura de Lúcia aponta, ainda, dois elementos que, constantemente, aparecem nas descrições de leituras em José de Alencar: o método e a concentração. Nos discursos identificados acerca da leitura, Alencar insiste em ressaltar a importância do método e da concentração na leitura. Lúcia, que não apresentava esses elementos, é narrada como uma leitora de “noções variadas”, ou seja, as leituras rápidas da amante de Paulo são criticadas pelo narrador e nos dão pistas de como deveria ser para Alencar o leitor ideal.

⁶ SALES, G.M.A. **Palavra e sedução: uma leitura dos prefácios oitocentistas (1820-1881)**. Campinas, 2003. Tese (Doutorado) – Unicamp. p. 35.

⁷ SALES, 2003, p. 38-39.

Além dessas questões observamos um discurso acerca da História, enquanto ciência, em *Como e porque sou romancista*.

Ao relatar os encontros políticos realizados na casa de seu pai, o senador Alencar, o escritor deixa claro como este e o grupo político que se reunia com ele foram esquecidos pela história. Num outro momento dessa obra, enfatiza, novamente, a falta de lembranças do nome do senador Alencar, afirmando que ainda não perdera a esperança de escrever o nome de seu pai no “frontespício de um livro que lhe sirva de monumento”⁸. Na verdade, tal objetivo realizou-se na obra *Galeria dos brasileiros ilustres*, onde biografou o pai⁹.

Analisando essas observações de Alencar – pautadas de um lado na crença de uma possível injustiça para com seu pai, e por outro, na influência da historiografia oitocentista - percebemos que, para o escritor, a literatura também tinha, como função a, eternização de um determinado momento histórico. Para Alencar, o nome de seu pai registrado numa de suas obras poderia retirá-lo do esquecimento, incluindo-o na história nacional.

A idéia de personagem – índios e brancos - como uma representação heróica e histórica, presente na autobiografia, pode ser identificada em outras obras. Observamos na II parte de *A Guerra dos Mascates*, além da citação de alguns nomes históricos, a justificativa da presença desses nomes no romance. Em *Advertência*, publicada na I edição da obra, o autor deixa claro que as personagens participantes são históricas, classificando esse conceito de duas formas: ou são históricas porque são encontradas nos anais do período ou porque representam costumes e idéias do momento eleito: “Os atores da comédia que se chamou a Guerra dos Mascates, são antes de tudo históricos: ou porque os anais do tempo fazem deles especial menção, ou porque representam as idéias e costumes da época”¹⁰.

Portanto, é comum percebermos a freqüência de citações de grandes nomes nesses escritos históricos, compreendidos, nesse momento, como exemplos de civilidade e

⁸ ALENCAR, *Como e porque sou romancista*. p. 32

⁹ MENEZES, R. de. *José de Alencar: literato e político*. São Paulo: Martins Editora, 1965, p. 48.

¹⁰ ALENCAR, *Advertência*. In: *A Guerra dos Mascates*. São Paulo: Piratininga, s/d. p. 113.

progresso. Nesse sentido, não é raro encontrar no romance histórico o recurso a esses heróis nacionais, sendo que, além da tentativa de uma escrita do real, tais românticos e, especialmente Alencar, foram influenciados por essa historiografia oitocentista. Em seus romances indianistas e históricos, Alencar compõe uma galeria de heróis nacionais, eternizando em suas obras nomes como de D. Pedro da Cunha, D. Diogo de Mariz, Martim Soares Moreno, Jerônimo de Albuquerque, Sebastião de Castro Caldas, entre outros.

Ao observarmos *O Guarani* (1857) percebemos que a referência aos notáveis é acompanhada de notas comprobatórias. Amiúde, objetivavam a constatação histórica de descrições pontuais do romance que poderiam ser tanto de um herói colonial ou de uma localização geográfica, como o caso do Rio Paquequer, referido anteriormente. Nesse sentido, o autor, em seu objetivo de busca do real, inseria, nas notas, autores consagrados, títulos e citações de obras: “O cão [grifo nosso] – Diz o sr. Varnhagen, na sua História do Brasil, que o cão era o companheiro constante do nosso indígena, ainda mais do que do europeu”¹¹.

Alencar acreditava que as leituras dos cronistas, viajantes e historiadores possibilitariam a recomposição fiel do passado em seus romances. E concordava com a idéia de romance histórico oitocentista, onde tal gênero “deveria funcionar como depositário do registro de toda a nação. Seu papel compreendia não apenas o entretenimento e a moralização como também a instrução”¹².

Essa tentativa de instrução, presente no romance histórico, também participava do objetivo de registrar a nação representada, entre outras, por meio de um projeto de história nacional que teve como grande expressão, como vimos anteriormente, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. O IHGB e seu papel de criação de identidades garantiu ao Brasil um ideário nacional pautado em elementos científicos e imagens selecionadas pela elite brasileira e européia. O IHGB, criado nos moldes de academias européias, e seus estudos

¹¹ ALENCAR, J. *O Guarani*. São Paulo: Edições Melhoramentos, s/d. p.505.

¹² VOLOBUEF, K. *Frestas e Arestas: a prosa de ficção do Romantismo na Alemanha e no Brasil*. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1999.p. 181.

baseados, entre outros, em cronistas e viajantes estrangeiros, determinou uma história nacional presa e dependente de elementos europeus. Nesse sentido, podemos afirmar que nosso nacionalismo – e, no caso, nacionalismo romântico – teve uma liberdade limitada. De fato, como nos lembra Nilo Odalia, o fenômeno da dependência mesmo visto, em alguns momentos, como um entrave “incorporou-se à ideologia que se forma na medida mesma em que se pretende dela fugir.”¹³

Dessa forma, é comum percebermos uma historiografia que objetivava identidade própria sem, no entanto, fugir do processo linear assinalado pela noção de progresso vinculada ao pensamento racionalista do século XVIII. Assim sendo, os objetivos de dominação – fundamentados na seleção e na diferença – demarcaram a nação brasileira e podem ser observados não apenas nos discursos acerca da História em Alencar como nas leituras que ele realizou, mas isso é uma outra história.

¹³ ODALIA, N. *As formas do mesmo: ensaios sobre o pensamento historiográfico de Varnhagen e Oliveira Viana*. São Paulo: Editora Unesp, 1997. p.13.